

Edição nº 13/16

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria das Sessões
Serviço de Jurisprudência

Boletim informativo

Decisões Judiciais

Este informativo destina-se a facilitar o acesso e o acompanhamento das decisões judiciais que possuem relevância para a atuação do TCDF. Alguns dispositivos podem ter sido editados pelo Serviço de Jurisprudência com o intuito de facilitar a leitura e a compreensão, sem, contudo, alterar o texto original, não se traduzindo, pois, em repositório oficial. As ementas acrescentadas por este Serviço de Jurisprudência têm o objetivo de indicar o assunto tratado na decisão judicial, sem apresentar o desfecho do julgamento. Para informações mais detalhadas, acesse o link disponibilizado.

1º a 15 de agosto de 2016.

Sumário

STF

1. REPERCURSSÃO GERAL. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. TATUAGEM EM DESCONFORMIDADE COM AS REGRAS DO EDITAL. RESTRIÇÃO A DETERMINADOS TIPOS DE TATUAGENS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO ENTE FEDERATIVO. EXCLUSÃO DO CERTAME. PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA ISONOMIA E DA IMPESSOALIDADE.
2. REPERCUSSÃO GERAL. PESSOAL. PREVIDENCIÁRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA. MOMENTO DE SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO: REQUERIMENTO INICIAL DO PEDIDO DE APOSENTADORIA OU APERFEIÇOAMENTO DO ATO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA ISONOMIA E DA RAZOABILIDADE.
3. REPERCUSSÃO GERAL. PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA. RECEBIMENTO DE REMUNERAÇÃO INFERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO.
4. GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA, FUNCIONAL E ORÇAMENTÁRIA. REPASSE DE DUODÉCIMOS ORÇAMENTÁRIOS. DEFENSORIA PÚBLICA.
5. PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD. SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ACUSADO APÓS A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO. PRODUÇÃO DE PROVAS. PEDIDO PROTRELATÓRIO OU IMPERTINENTE. PROVA EMPRESTADA.
6. PESSOAL. EDUCAÇÃO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. PROFESSOR SUBSTITUTO DO ENSINO BÁSICO. LICENÇA DOS DOCENTES TITULARES. IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS. ATIVIDADES PERMANENTES DA ADMINISTRAÇÃO. BURLA AO CONCURSO PÚBLICO.

TJDFT

1. PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO INSCRITO NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA. VISÃO MONOCULAR.
2. EDUCAÇÃO. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO. INDISPONIBILIDADE DE MONITORES. DIREITO A INCLUSÃO PLENA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
3. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRABALHO. NEGLIGÊNCIA EM ATENDIMENTO MÉDICO PRESTADO POR HOSPITAL PÚBLICO. ATO OMISSIVO. DANOS MORAIS.

STF

1. **REPERCUSSÃO GERAL. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. TATUAGEM EM DESCONFORMIDADE COM AS REGRAS DO EDITAL. RESTRIÇÃO A DETERMINADO TIPO DE TATUAGEM. EXCLUSÃO DO CERTAME. PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA ISONOMIA E DA IMPESSOALIDADE.**

[RE 898450 RG](#)

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL. REQUISITOS. IMPEDIMENTO DO PROVIMENTO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA DECORRENTE DA EXISTÊNCIA DE TATUAGEM NO CORPO DO CANDIDATO. AFERIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA ESTATAL DE QUE A TATUAGEM ESTEJA DENTRO DE DETERMINADOS PARÂMETROS. ARTS. 5º, I E 37, I E II DA [CRFB/88](#). REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.

2. **REPERCUSSÃO GERAL. PESSOAL. PREVIDENCIÁRIO. ABONO DE PERMANÊNCIA. MOMENTO DE SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO: REQUERIMENTO INICIAL DO PEDIDO DE APOSENTADORIA OU APERFEIÇOAMENTO DO ATO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA ISONOMIA E DA RAZOABILIDADE.**

[REPERCUSSÃO GERAL EM RE N. 956.304-GO](#)

Direito Constitucional e Administrativo. Abono de permanência. Discussão sobre o momento da suspensão do pagamento do referido benefício, se a partir do protocolo do requerimento da jubilação ou do aperfeiçoamento do ato de aposentadoria. Matéria dotada de repercussão econômica e jurídica. Questão suscetível de repetição em inúmeros processos. Repercussão geral reconhecida.

3. **REPERCUSSÃO GERAL. PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA. RECEBIMENTO DE REMUNERAÇÃO INFERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO.**

[REPERCUSSÃO GERAL EM RE N. 964.659-RS](#)

Direito Constitucional e Administrativo. Servidor público. Possibilidade de recebimento de remuneração inferior a um salário mínimo por servidor público que labora em jornada de trabalho reduzida. Repercussão geral reconhecida.

4. **GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA, FUNCIONAL E ORÇAMENTÁRIA. REPASSE DE DUODÉCIMOS ORÇAMENTÁRIOS. DEFENSORIA PÚBLICA.**

[ADPF 339](#)

ARGUIÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ATO DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ CONSISTENTE NO NÃO REPASSE DE DUODÉCIMOS ORÇAMENTÁRIOS À DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. AÇÃO PROPOSTA PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP. ART. 103, IX, DA [CRFB/88](#). LEGITIMIDADE ATIVA. PERTINÊNCIA TEMÁTICA CARACTERIZADA. PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE ATENDIDO. PRECEDENTES. CABIMENTO DA AÇÃO. DEFENSORIA PÚBLICA. AUTONOMIA FUNCIONAL, ADMINISTRATIVA E ORÇAMENTÁRIA. ART. 134, § 2º, DA [CRFB/88](#). REPASSES ORÇAMENTÁRIOS QUE DEVEM SE DAR PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO SOB A FORMA DE DUODÉCIMOS E ATÉ O DIA VINTE DE CADA MÊS. ART. 168 DA [CRFB/88](#). IMPOSSIBILIDADE DE RETENÇÃO, PELO GOVERNADOR DE ESTADO, DE PARCELAS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS À DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL, ASSIM TAMBÉM AO PODER JUDICIÁRIO, AO PODER LEGISLATIVO E AO MINISTÉRIO PÚBLICO. DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL CARACTERIZADO. ARGUIÇÃO JULGADA PROCEDENTE PARA A FIXAÇÃO DE TESE.

1. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, bem como a prerrogativa de formulação de sua própria proposta orçamentária (art. 134, § 2º, da [CRFB/88](#)), por força da [Constituição da República](#), após a [Emenda Constitucional nº 45/2004](#).

2. O repasse dos recursos correspondentes destinados à Defensoria Pública, ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e ao Ministério Público sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês (art. 168 da [CRFB/88](#)) é imposição constitucional; atuando o Executivo apenas como órgão arrecadador dos recursos orçamentários, os quais, todavia, a ele não pertencem.

3. O repasse dos duodécimos das verbas orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública quando retidos pelo Governado do Estado constitui prática indevida em flagrante violação aos preceitos fundamentais esculpidos na [CRFB/88](#).

(...).

6. Arguição por descumprimento de preceito fundamental julgada procedente, para fixar a seguinte tese: “É dever constitucional do Poder Executivo o repasse, sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês (art. 168 da [CRFB/88](#)), da integralidade dos recursos orçamentários destinados a outros Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, conforme previsão da respectiva Lei Orçamentária Anual”.

5. PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD. SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ACUSADO APÓS A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO. PRODUÇÃO DE PROVAS. PEDIDO PROTETATÓRIO. PEDIDO IMPERTINENTE. PROVA EMPRESTADA.

[RMS 28774](#)

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO MINISTRO DA FAZENDA. DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NEGATIVA DE PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Não há qualquer impeditivo legal de que a comissão de inquérito em processo administrativo disciplinar seja formada pelos mesmos membros de comissão anterior que havia sido anulada.

2. Inexiste previsão na [Lei nº 8.112/1990](#) de intimação do acusado após a elaboração do relatório final da comissão processante, sendo necessária a demonstração do prejuízo causado pela falta de intimação, o que não ocorreu no presente caso.

3. O acusado em processo administrativo disciplinar não possui direito subjetivo ao deferimento de todas as provas requeridas nos autos, ainda mais quando consideradas impertinentes ou meramente protetatórias pela comissão processante (art. 156, §1º, [Lei nº 8.112/1990](#)).

4. A jurisprudência desta Corte admite o uso de prova emprestada em processo administrativo disciplinar, em especial a utilização de interceptações telefônicas autorizadas judicialmente para investigação criminal.

5. Recurso ordinário a que se nega provimento.

6. PESSOAL. EDUCAÇÃO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. PROFESSOR SUBSTITUTO DO ENSINO BÁSICO. LICENÇA DOS DOCENTES TITULARES. IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS. ATIVIDADES PERMANENTES DA ADMINISTRAÇÃO. BURLA AO CONCURSO PÚBLICO.

[ADI N. 3721-CE](#)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. [LEI COMPLEMENTAR 22/2000](#), DO ESTADO DO CEARÁ. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO. CASOS DE LICENÇA. TRANSITORIEDADE DEMONSTRADA. CONFORMAÇÃO LEGAL IDÔNEA, SALVO QUANTO A DUAS HIPÓTESES: EM QUAISQUER CASOS DE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO (ALÍNEA “F” DO ART. 3º). PRECEITO GENÉRICO. IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO E OUTROS (§ ÚNICO DO ART. 3º). METAS CONTINUAMENTE EXIGÍVEIS.

1. O artigo 37, IX, da [Constituição](#) exige complementação normativa criteriosa quanto aos casos de “necessidade temporária de excepcional interesse público” que ensejam contratações sem concurso. Embora recrutamentos dessa espécie sejam admissíveis, em tese, mesmo para atividades permanentes da Administração, fica o legislador sujeito ao ônus de especificar, em cada caso, os traços de emergencialidade que justificam a medida atípica.
2. A [Lei Complementar 22/2000](#), do Estado do Ceará, autorizou a contratação temporária de professores nas situações de “a) licença para tratamento de saúde; b) licença gestante; c) licença por motivo de doença de pessoa da família; d) licença para trato de interesses particulares; e) cursos de capacitação; e f) e outros afastamentos que repercutam em carência de natureza temporária”; e para “fins de implementação de projetos educacionais, com vistas à erradicação do analfabetismo, correção do fluxo escolar e qualificação da população cearense” (art. 3º, § único).
3. As hipóteses descritas entre as alíneas “a” e “e” indicam ocorrências alheias ao controle da Administração Pública cuja superveniência pode resultar em desaparecimento transitório do corpo docente, permitindo reconhecer que a emergencialidade está suficientemente demonstrada. O mesmo não se pode dizer, contudo, da hipótese prevista na alínea “f” do art. 3º da lei atacada, que padece de generalidade manifesta, e cuja declaração de inconstitucionalidade se impõe.
4. Os projetos educacionais previstos no § único do artigo 3º da [LC 22/00](#) correspondem a objetivos corriqueiros das políticas públicas de educação praticadas no território nacional. Diante da continuada imprescindibilidade de ações desse tipo, não podem elas ficar à mercê de projetos de governo casuísticos, implementados por meio de contratos episódicos, sobretudo quando a lei não tratou de designar qualquer contingência especial a ser atendida.
5. Ação julgada parcialmente procedente para declarar inconstitucionais a alínea “f” e o § único do art. 3º da [Lei Complementar 22/00](#), do Estado do Ceará, com efeitos modulados para surtir um ano após a data da publicação da ata de julgamento.

[voltar sumário](#)

TJDFT**1. PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO INSCRITO NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA. VISÃO MONOCULAR.****Acórdão n.956665**

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO INSCRITO NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CONVOCAÇÃO PARA A PERÍCIA MÉDICA - EXCLUSÃO. VISÃO MONOCULAR - AMBLIOPIA. [DECRETO 3.298/99](#). [SÚMULA 377 DO STJ](#). INCLUSÃO DO NOME DO IMPETRANTE NO ROL DOS APROVADOS NA CONDIÇÃO DE DEFICIENTE VISUAL. SEGURANÇA CONCEDIDA.

A interpretação do [Decreto 3.298/99](#) mais consentânea com os comandos constitucionais pertinentes ao tema de proteção às pessoas com deficiência deve contemplar a inclusão dos portadores de visão monocular no benefício da reserva de vagas para deficientes físicos. Isso porque a proteção que ali se almeja concretizar é ao portador de cegueira, seja ela implantada em um ou nos dois olhos. Se o laudo médico considera que o impetrante tem grave comprometimento visual, porquanto a funcionalidade do olho direito não concorre durante a visão binocular, depreende-se que o impetrante não é portador de deficiência física apenas decorrente da visão monocular em face da ambliopia de que é portador, eis que a sua visão monocular poderá ser a causa de deficiência física bem mais ampla, considerando-se as limitações legais no pertinente às atividades profissionais que não podem ser exercidas pelo portador de visão monocular. O [verbete 377 da Súmula do STJ](#) reza que "o portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes". Segurança concedida, confirmando-se a liminar, a fim de que o nome do impetrante seja incluído no rol dos aprovados na condição de deficiente visual.

2. EDUCAÇÃO. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO. INDISPONIBILIDADE DE MONITORES. DIREITO A INCLUSÃO PLENA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.**Acórdão n.954027**

PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ESCOLA PÚBLICA. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. EDUCANDA PORTADORA DE SÍNDROME DE DOWN. INCLUSÃO PLENA. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

1. Dispõe o inciso III do Art. 208 da [Constituição Federal](#) que "O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

2. A exegese do Estatuto da Pessoa com Deficiência ([Lei nº 13.146/2015](#)), ao determinar que se promova a "inclusão plena" da pessoa com deficiência, é a de que se deve buscar dar efetividade ao processo de educação inclusiva permitindo o avanço cognitivo a estes estudantes, e não apenas o avanço etário, como soi acontecer na espécie.

3. Constitui uma obrigação imposta ao Distrito Federal assegurar à Apelada o direito ao Ensino Fundamental efetivo e de qualidade, que lhe garanta avançar no aspecto cognitivo, e não apenas no etário.

4. Recurso não provido.

3. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRABALHO. NEGLIGÊNCIA EM ATENDIMENTO MÉDICO PRESTADO POR HOSPITAL PÚBLICO. ATO OMISSIVO. DANOS MORAIS.**Acórdão n.955817**

DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AGRAVO RETIDO. ART. 523, § 1º, DO [CPC/1973](#). INOBSERVÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. REMESSA OFICIAL. HIPÓTESE NÃO DEMONSTRADA. NÃO CONHECIMENTO. ACIDENTE DE TRABALHO. PERDA DOS MOVIMENTOS DA MÃO ESQUERDA. DEMORA NA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

(...).

3. Ocorre responsabilidade civil do Estado, quando a vítima sofre acidente de trabalho e, ainda, sofre com a negligência na condução do atendimento médico prestado por hospital público, evidenciado pela ausência da prestação de procedimento cirúrgico indicado. Resta configurada a conduta danosa omissiva perpetrada pelo Estado.
4. Se a demora na prestação do tratamento médico resultar em perda da capacidade de flexão dos dedos, torna-se devida a compensação pelos danos morais sofridos pela paciente.
5. Para o arbitramento do valor da indenização por danos morais, devem ser levados em consideração o grau das lesões experimentadas e a capacidade econômica da parte. Deve-se atentar, ainda, ao caráter punitivo e educativo que deve se revestir a reparação. Valor indenizatório mantido.
4. Agravo retido não conhecido. Remessa oficial não conhecida. Apelação não provida.

[voltar sumário](#)